



Número: **0002837-41.2016.8.15.0271**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Picuí**

Última distribuição : **29/03/2017**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DAMIAO SOUZA DO NASCIMENTO (AUTOR)		NILO TRIGUEIRO DANTAS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
20580 841	16/04/2019 08:22	<a href="#">[VOL 1][Petição Inicial]</a>	Petição Inicial
23087 942	29/07/2019 22:23	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
28103 205	09/02/2020 10:51	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
29465 245	30/03/2020 13:16	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
31572 699	15/06/2020 19:46	<a href="#">Apelação</a>	Apelação
31572 701	15/06/2020 19:46	<a href="#">APELACAO</a>	Apelação
31900 544	29/06/2020 19:27	<a href="#">Expediente</a>	Expediente



**TRIGUEIRO & NOBREGA**

ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI- ESTADO DA  
PARAÍBA

0002837-41.2016.815.0271



**DAMIÃO SOUZA DO NASCIMENTO**, brasileiro, união estável, agricultor, portador da Cédula de Identidade Civil nº. 3388903 -SSP/PB e do CPF nº. 077.557.104-08, residente e domiciliado no Sítio Feijão, zona rural de Picuí-PB, vem por meio de seu procurador, Advogado "in fine" assinado, com endereço profissional na Av. Getúlio Vargas, 75, Centro, Picuí – PB onde recebem intimações, mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 3º da lei 6.194/74 propor:

---

**AÇÃO DE COBRANÇA POR DIFERENÇA DE  
INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ c/c  
REPARAÇÃO DE DANOS**

---

em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, podendo ser intimada através de seu Departamento Jurídico localizado na Rua Senador Dantas, 74/14º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20.031-205, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

1

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





## TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

03  
mm

### PRELIMINARMENTE

Preliminarmente, requer de Vossa Excelência que seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, visto que, a promovente é pobre na forma da lei, sendo desprovido de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado. Nessa linha de pensamento, a 4ª. Turma do Egrégio Superior Tribunal de Justiça é assente na matéria, tendo aduzido: *"a simples declaração firmada pela parte que requer o benefício da assistência judiciária, dizendo-se 'pobre nos termos da lei', desprovida de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado, é, na medida da presunção iuris tantum de veracidade, suficiente à concessão do benefício legal. (05. 4ª. Turma, STJ, Rec. Esp. 38124-0, 20/10/93, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, RJSTJ 6/412)."* Além do que a Constituição de 1988, sensível à realidade social do país, inseriu como **"direito e garantia fundamental"** do povo brasileiro, o livre acesso ao Judiciário. Como a todo direito corresponde uma obrigação, temos que ao Estado compete fornecer os meios necessários de acesso à justiça de todos aqueles que dela necessitar. Portanto, nada mais resta a esse nobre magistrado seguir por esse entendimento.

### DOS FATOS

Que em 27 de maio de 2016 o requerente recebeu o pagamento da indenização do Seguro Obrigatório Dpvat da requerida no importe de R\$ 2.362,00 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais) referentes ao Sinistro nº. 3160183704 sob a invalidez permanente apresentada em uma das mãos.

É certo que a requerente no dia 18/07/2015, por volta das 16h30min, foi vítima de acidente de trânsito, quando pilotava sua motocicleta POP 100, próximo ao município de Baraúna-PB. Após o ocorrido, o requeute foi socorrido pela ambulância do município de Baraúna-PB e encaminhado para o Hospital Regional de Picuí-PB. Que devido ao acidente o suplicante sofreu ferimentos em uma das mãos.

Destarte, que segundo o Boletim de Ocorrência nº. 086/2015 expedido pela Delegacia de Polícia Civil de Picuí, o requerente ia trafegando na moto POP 100, ano 2011, placa NQF-4424/PB, chassi nº 9C2HB0210br430309.

Também denuncia a documentação em anexo, que logo após a ocorrência do acidente, o requerente foi socorrido pela ambulância do município de Baraúna-PB e levado para o Hospital Regional de Picuí-PB.

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





## TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

04  
mm

Destarte, que desse sinistro o requerente permaneceu inválido permanentemente, conforme denuncia o atestado em anexo.

Logo, nos leva a concluir pela invalidez permanente da requerente, devendo esse nobre juízo reconhecer tal direito e fazer com que a ré efetue o pagamento no valor de 70% integral da indenização do seguro obrigatório, que segundo o art. 3º da lei 6.194/74, inciso II é no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para invalidez total. E, como o requerente permaneceu com uma invalidez permanente, deveria receber R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais correspondentes a uma invalidez permanente total, e não os R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) conforme a requerida pagou, perfazendo assim a diferença de **R\$ 7.081,50 (sete mil, oitenta e um reais e cinquenta centavos)**. Razão pela qual essa presente ação foi proposta.

### DO DIREITO

A indenização do seguro obrigatório DPVAT é bastante consagrada em nosso ordenamento jurídico, e, é de tal forma regida pela Lei nº. 6.194/74, a qual é a norma disciplinadora desse respectivo seguro, ela prenuncia que a indenização será paga as vítimas de acidente de trânsito que venham a morrer, a sofrer invalidez permanente em algum órgão ou membro, ou até mesmo aquela pessoa que só venha a receber cuidados médicos. Logo, tais situações se encontram denotadas no art 3º, após a vigência da medida provisória nº. 340/06, desta referida lei:

*“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:*

*I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) no caso de morte;*

*II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de invalidez permanente;*

*e*

*III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) como reembolso à vítima no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”*

Logo, como é explanado por tão nobre artigo, a lei garante o direito de receber uma indenização como prêmio desse seguro. De antemão, deve ser condenada tanto à promovida bem como qualquer outra seguradora que opere com o seguro obrigatório.

Por conseguinte, dispõe a lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que o valor correspondente ao pagamento da indenização do seguro DPVAT deverá seguir a tangência do art. 3º desta referida lei, cujo diz que o quantum deverá ser de até R\$ 13.500,00

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





## TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

05  
mm

(treze mil e quinhentos reais) no caso de morte ou invalidez permanente. Logo, como o requerente ficou inválido deveria receber o valor total da indenização de acordo com o que é prenuenciado pela Lei 6194/74, e, não o pagamento parcial que foi feito pela requerida.

Ademais, o art. 5º da Lei 91694/74 é claro ao enunciar que:

*"Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado."*

Destarte, a norma que rege o seguro DPVAT, a Lei nº 6.194/74, determina em seu art. 5º que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente, do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida ainda qualquer franquia por parte do segurado.

A jurisprudência também é pacífica nesse sentido:

134005755 – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA – DESNECESSIDADE DA PROVA DA CULPA – À seguradora, cumpre pagar, por força de lei, o valor indenizatório ao cônjuge da pessoa vitimada em acidente de veículo, coberto pelo seguro obrigatório de danos pessoais. O recebimento dos valores pertinentes ao seguro obrigatório independe de qualquer comprovação ou pesquisa sobre a culpa do condutor do veículo causador do dano, já que, decorrendo do Decreto-Lei nº 73/66, cuida de responsabilidade objetiva que, como tal, prescinde da coexistência do elemento culpa. É computável a correção monetária sobre os valores devidos, calculada a partir da data do efetivo desembolso das despesas, além dos juros de 0, 5% ao mês contados a partir da citação. (TAMG – AP 0345692-6 – (51746) – Contagem – 3ª C.Cív. – Relª Juíza Jurema Brasil Marins – J. 03.04.2002)

6027440 - PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. Cálculo da indenização fixada de forma equivocada. Retificação de ofício. Inteligência do art. 463, I do CPC. Salário mínimo adotado para fixar o valor da indenização e vigente à

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com







## TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

Ob  
em

*época do evento danoso. Legalidade. Inteligência da Lei nº 6.194/74. Inaplicabilidade das resoluções do cnps. Princípio da hierarquia das Leis. Honorários aplicados em atendimento ao disposto § 4º do art. 20 do CPC. Desprovemento da apelação. Manutenção da sentença. Lei nº 6.194/74. Art. 5º. "o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado." A norma que regula o seguro obrigatório de danos pessoais é uma Lei em sentido formal, que, pelo princípio da hierarquia das Leis, não pode ser revogada por resolução. (TJ-PB; AC 200.2005.001265-3/002; Rel. Des. Genésio Gomes Pereira Filho; DJPB 30/07/2009; Pág. 9) CPC, art. 463 CPC, art. 20*

Logo, por essas provas apresentadas, fundamentadas e legítimas já se evidencia e prontamente se percebe o direito da autora em receber o prêmio do seguro DPVAT, pois, como já fora explicitado anteriormente na norma legal, o pagamento da indenização será devida mediante a simples ocorrência do acidente e do dano dela decorrente.

Noutro diapasão, é bom que se traga à baila que em virtude do sinistro da requerente ter acontecido no ano de 2015, o pedido autoral deverá obedecer as normas em vigor na época, principalmente de acordo com a alteração ocorrida na Lei 6194/74 trazidas pelas leis 11.482/2007 e 11945/2009.

Logo, diante de tamanha alteração, podemos acentuar que a indenização por invalidez deverá variar de acordo com o grau da lesão e da extensão da incapacidade funcional apresentada pela autora/vítima, que refletirá em dano corporal, este sim indenizável.

Ademais, o aspecto interativo para que haja cobertura é que a invalidez seja de Caráter permanente e fique caracterizado o nexo entre o acidente noticiado a consequente invalidez.

Outrossim, vejamos a nova redação do § 1º do art. 3º conferida pela MP 451/2008, convertida posteriormente na Lei 11945/2009:

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de*

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





## TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

07  
m

assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Destarte, que o anexo ao art. 3º da Lei nº 6.194/74, explicita nos dias atuais o valor da indenização a ser recebida pelo(a) promovente de acordo com a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual em tal anexo estabelecido. Vejamos:

### ANEXO

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão no Inteiro do Patrimônio	Percentual da Perda
Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino, São Paulo - PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5100 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

OB  
sim

Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	<b>100% (CEM POR CENTO)</b>
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas craniofaciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
<b>Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos</b>	<b>70%</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50%
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25%
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10%
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50%
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25%
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10%

Portanto, diante do enunciado no inciso I do parágrafo primeiro do art. 3º da Lei 6194/74, e principalmente de acordo com o que explicita o anexo da referida Lei, o promovente faz jus a indenização por invalidez permanente em decorrência **das sequelas em uma das mãos (70% setenta por cento)** o que perfaz o percentual correspondente aos 70% (setenta por cento) do valor referente a uma invalidez permanente total que é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), razão pela qual deverá o mesmo ser indenizado no quantum base de **R\$ 9.450,00 (nove, quatrocentos e cinquenta reais)**, referente a sua perda funcional. Porém, como já recebeu uma pequena parcela de tal montante administrativamente, agora só faz jus a diferença pleiteada.

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com







## TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

09  
curu

Por conseguinte, vale indicar a este juízo que, segundo a própria lei 6194/74, o IML é o órgão competente para a verificação e caracterização da perda funcional do membro lesado e da irreversibilidade da lesão ocasionada pelo acidente de trânsito. No entanto, é notório e cediço por todos que nesta Comarca não existe tal órgão, e, como tal, a produção da perícia médica judicial torna-se prova necessária ao deslinde dessa presente ação e a consequente comprovação da invalidez permanente apresentada pela autora.

Destarte, a violação do direito do Autor, no caso em tela é patente, tendo por consequência o ato ilícito a ser reparado, segundo a luz do art. 186 do Código Civil Pátrio, in verbis:

*"Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito."*

O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, pois, a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que acarreta o dever de reparar o dano causado, sendo este de natureza pessoal que se resolve em perdas e danos.

Assim entende os nossos tribunais:

*"AÇÃO INDENIZATÓRIA – SEGURO DPVAT – FALTA DE INTERESSE DE AGIR – ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA – DESNECESSIDADE – PRELIMINAR – REJEIÇÃO – DUT – PROVA DO ACIDENTE E DO DANO – INDENIZAÇÃO DEVIDA – 1) não falta interesse de agir àquele que não espera a solução administrativa do pagamento do valor, mormente quando a seguradora retarda na análise da documentação enviada pelo beneficiário do seguro. 2) a não obrigatoriedade de apresentação do dut para recebimento de indenização precede a vigência da lei nº 8.441/92. A lei nº 6.194/74, por não conter tal exigência, estabelece apenas que a indenização será paga mediante a simples prova do acidente e do dano decorrente. (TAMG – AC 0389923-4 – (71202) – 5ª Cív. – Rel. Des. Elias Camilo – J. 08.05.2003)"*

Ainda no que tange ao recebimento da indenização, devemos ressaltar a questão da correção monetária deverá incidir a partir da data do ajuizamento da ação (distribuição), e, os juros deverão contar desde a data da citação da seguradora sinistro, o que é concretizado em nosso ordenamento jurídico e principalmente de forma majoritária





## TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

10  
am

em nosso Tribunal de Justiça da Paraíba, conforme explicita a jurisprudência abaixo em epigrafe:

11545910 - AGRAVO REGIMENTAL. CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO DE PAGAMENTO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO DA SEGURADORA. 1. Na ação de cobrança para complementar o pagamento de indenização do seguro obrigatório (DPVAT), os juros de mora incidem a partir da data de citação da seguradora. 2. Agravo regimental desprovido. (Superior Tribunal de Justiça STJ; AgRg-REsp 1.060.421; Proc. 2008/0112451-7; SP; Quarta Turma; Rel. Min. João Otávio de Noronha; Julg. 28/04/2009; DJE 11/05/2009)

56023750 - PROCESSUAL CIVIL. CONTRA-RAZÕES. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DPVAT. PRELIMINAR. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AFRONTA. AUSÊNCIA. RAZÕES DISSOCIADAS DO QUE RESTOU DECIDIDO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. Não estando as razões do apelo dissociadas do que restou decidido na sentença, não há que se falar em afronta ao princípio da dialeticidade. Processual civil. Apelação. Ação de indenização. DPVAT. Preliminar. Ausência de interesse processual. Pedido na esfera administrativa. Art. 5º, XXXV, da CF/88. Rejeição. A Constituição Federal, fonte da qual emanam todos os princípios a serem observados pela legislação infraconstitucional, garantiu a todos a inafastabilidade jurisdicional, sempre que houver lesões ou ameaças de lesões a direito. Civil. Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro DPVAT. Acidente automobilístico. Invalidez permanente. Deficiência em grau mínimo. Prova robusta. Nexo causal comprovado. Indenização devida. Incidência do art. 3º, b, da Lei nº 6.194/ 74. Indexação do salário mínimo. Possibilidade. Correção monetária. Incidência. Data do sinistro. Inaplicabilidade. Adequação. Data do ajuizamento da ação. Provimento parcial. Dada a natureza do pleito indenizatório securitário, afigura-se totalmente desnecessário prévio requerimento administrativo objetivando posterior ajuizamento de ação de cobrança. A Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre o seguro obrigatório de

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





## TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

11  
mm

*danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT), foi alterada, em alguns dispositivos, pela Lei nº 8.441/92, sem, todavia, modificar o art. 5º do aludido diploma legal, que impõe o pagamento da indenização mediante a prova do acidente e do dano ocorrente. **Em consonância com a iterativa jurisprudência do STJ, nas ações em que se busca o valor integral de indenização decorrente do seguro obrigatório. DPVAT -, por se tratar de ilícito contratual, a correção monetária, será a partir do ajuizamento da ação.** (TJ-PB; AC 083.2006.001412-9/001; Cacimba de Dentro; Rel. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos; DJPB 05/02/2009; Pág. 5) CF, art. 5*

56028438 - SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINARES. Falta de interesse processual e de documento imprescindível ao exame da questão. Rejeição das prefaciais. Amputação da falange distal do 2º e 3º quirodáctilos da mão direita. Fixação da indenização no máximo legal. Impossibilidade. Provimento parcial. De acordo com o princípio da inasfastabilidade do poder judiciário em que não será excluída de sua apreciação nenhuma lesão ou ameaça a direito, pode o autor, amparado na Constituição Federal, pleitear seus direitos judicialmente, independentemente do exaurimento das vias administrativas. De uma breve análise dos elementos probatórios, vê-se que o promovente colacionou os documentos que entendeu suficientes à apreciação da questão de mérito objeto da demanda, a fim de que o julgador pudesse concluir pela eventual procedência ou improcedência do pedido. Nos termos do disposto no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, a seguradora está obrigada a indenizar o DPVAT, bastante a simples prova do acidente automobilístico e do dano decorrente, do qual resultou com danos pessoais, levando-se em consideração a tabela respectiva para cálculo em caso de invalidez permanente. Inocorrendo requerimento administrativo, visando receber o DPVAT, **a correção monetária deve se dar da data do ajuizamento da ação os juros moratórios de 1% ao mês**





## TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

18  
mm

*da citação, se o acidente ocorreu após a vigência do novel CC. (TJ-PB; AC 200.2008.018.7418/001; Rel. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira; DJPB 16/10/2009; Pág. 7)*

Logo, está satisfeito a promovente de que não tem mais a que buscar, a Promovida, além de demonstrar de forma equivocada que não tem interesse em pagar o seguro DPVAT e não encontrando outro caminho, vem invocar a Tutela Jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário para dirimir tal conflito.

### III - DOS PEDIDOS

**ANTE AO EXPOSTO**, requer a Vossa Excelência, com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, nos arts. 5º e 3º, "II", ambos da lei nº. 6.194/74, a procedência da presente, bem como:

a. A condenação da promovida ao pagamento da indenização em epígrafe, com base no montante de **R\$ 7.081,50 (sete mil, oitenta e um reais e cinquenta centavos)**, conforme preceitua o inciso I do § 1º e inciso II do art. 3º da Lei 6194/74, referente à indenização por invalidez permanente sofrida pela promovente No entanto, caso tal incapacidade seja parcial que se apure o seu respectivo grau percentual.

b. Seja citada a Promovida através de AR, no endereço declinado, nos termos do art. 246, I do CPC, para querendo, apresentar contestação, produzir provas e requerendo, sendo o caso de prova pericial, com a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.

c. Seja designada audiência de conciliação, e, em ato contínuo a de instrução e julgamento.

d. Requer que lhe seja concedido os benefícios da justiça gratuita nos termos da Lei 1.060/50.

e. Que seja acrescido e aplicado ao valor da condenação, juros moratórios a partir da data da citação e correção monetária retroativa à data do ajuizamento desta.

f. Seja condenada a demandada em honorários advocatícios, em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, visto que o autor é beneficiário da Justiça Gratuita, conforme enuncia o §1º do art. 11 da Lei 1060/50.





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

13  
cma


g. Seja o autor submetida a perícia médica judicial, devendo tal perito seguir os quesitos no anexo 01 enunciados, bem como os elaborados pela parte ré e/ou pelo juízo, devendo os honorários periciais correrem às custas da parte vencida ao final da ação.

Protesta ainda provar a promovente por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente por provas documentais e testemunhais.

Dá-se à causa o valor de R\$ 9.450 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Nesses Termos,  
pede deferimento.

Picuí - PB, 08 de julho de 2016.

  
**NILO TRIGUEIRO DANTAS**  
OAB-PB 13220







**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

14  
mm

**Anexo 01**

**QUESITOS**

- 1) *Se existe nexa causal entre o acidente noticiado na peça inicial e as lesões produzidas no Autor?*
- 2) *Se houve diminuição ou perda de função de algum órgão do periciado e se estes órgãos foram lesionados em função do acidente automobilístico?*
- 3) *Se houve Invalidez. Em caso afirmativo, se a invalidez é total ou parcial?*
- 4) *Se a invalidez for parcial, ela é completa ou incompleta?*
- 5) *Se parcialmente incompleta, qual o percentual a ser utilizado com relação à redução proporcional da incapacidade permanente? Onde nesse quesito deverá o Sr. Perito se utilizar dos percentuais enunciados pelo inciso II do § 1º da Lei 6194/74: "75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa; 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão; 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, e ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais".*





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

**Anexo 02**

Anexo do art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974

<b>Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico</b>	<b>Percentual da Perda</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

16  
am

## PROCURAÇÃO PARA O FORO EM GERAL

O (a) Outorgante DAMIÃO SOUZA DO NASCIMENTO,  
brasileiro, união estável Agricultor, portador (a) do RG nº  
3388903, expedido por PB e CPF nº 094.438.711-08, residente e  
domiciliado(a) na(o) 5716, FLORESTA, ZONA RURAL,  
nº 000, Bairro PICUI, Cidade PICUI, UF PB, pelo presente  
instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seu bastante procuradores e  
advogados os Bels. **NILO TRIGUEIRO DANTAS** – OAB/PB 13.220 e **DIJANIellySON**  
**MONTEIRO NOBREGA** – OAB/PB 17068, brasileiros, casados, advogados, com endereço  
profissional na Rua Pedro Salustino de Lima, nº 47, Empresarial Evanisa Dantas, Sala “E”,  
Pedro Salustino, Picuí-PB, fone (0\*\*83) 3371-2274, ao qual confere poderes para o foro em  
geral, nos termos do art. 38, inclusive parte final do código de Processo Civil, podendo  
confessar, transigir, desistir, receber e dar quitações, firmar compromissos, prestar primeiras  
e últimas declarações, acompanhar-lo(a) em todos os seus termos, impugnar créditos ou  
concordar com os mesmos, representá-lo(a) perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal,  
repartições públicas, federais, estaduais, municipais, conjunto ou separadamente, bem  
como substabelecer com ou sem reservas de poderes.

Picuí-PB, 03 de DEZEMBRO de 2015.

DAMIÃO SOUZA DO NASCIMENTO  
Outorgante

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilodantas@hotmail.com / nolinobrega@gmail.com



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3388903-30 NOV 2005

NOME DAMILÃO SOUZA DO NASCIMENTO.

FILIAÇÃO Antonio Bráz do Nascimento.  
Maria Fernandes de Souza.

Picuí PB. 28.10.1980

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cert. Nasc. Nº 908, Fls. 171, Liv. A-2, Cartório de Barauna PB.

CPF

JOÃO PAVÃO - PS

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.115 DE 29/08/63

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DI P.96

Damilão Souza do Nascimento

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

077.557.104-08

DAMILÃO SOUZA DO NASCIMENTO

28/10/1980



MARIA DAS VITORIAS PEDRO DE MACEDO  
SIT FEIJÃO, S/N - AREA RURAL  
PICUI/PB CEP: 58197000 (AG-80)

Classe/Subclasse RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFASICO  
Roteiro: 2-80-580-8220 Refeência: Jun/2015  
Número do editor: 00008068855 Emissão: 03/06/2015

ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGISA  
Br 230, Km 25 - Centro Redenção - João Pessoa/PB - CEP: 58071-680  
CNPJ: 09.695.153/0001-40 Ins: E-13.016.823-0  
Nota Fiscal / Conta de Energia Eletrônica Nº 001321007  
Código para Débito Automático: 00013117654

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

2831 788 017 294 e 7891 300 5001 2966

Conta referente a

CDC (Código do Consumidor): 5/1366765-4

Jun / 2015

Canal de contato

Apresentação

03/06/2015

Data prevista da  
próxima leitura

06/07/2015

CPF/ CNPJ/ RANI  
2298699419

#### Cálculo de consumo

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data: 06/05/15 Leitura: 3132	Data: 03/06/15 Leitura: 3185	1	54	28

#### Faturas em atraso

FATURAS VENCIDAS ATÉ  
O DIA 29/05/2015 PAGAS  
OBRIGADOR

#### Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	54	0,37956	20,49
Adic. B Vermelha			2,87
IMPOSTOS E ENCARGOS			
PIS			0,43
COFINS			1,88
CONTRIBUIÇÃO ILUM. PÚBLICA			4,18
JUROS DE MORA 05/2015			0,06
MULTA 05/2015			0,87
ICMS (Base de Cálculo R\$ 34,49) Alíquota 25,00%			8,82
OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS			
COMPENSAÇÃO POR INDICADOR - DIC 03/2015			-0,11

#### Histórico de Consumo (kWh)

Mai/15	52
Abr/15	30
Mar/15	0
Fev/15	43
Jan/15	64
Dez/14	52
Nov/14	43
Out/14	48
Set/14	49
Ago/14	61
Jul/14	74
Jun/14	64

Média dos últimos meses  
47 kWh

#### VENCIMENTO

11/06/2015

#### TOTAL A PAGAR

R\$ 39,31

#### Indicadores de Qualidade

07/2015: Ponto Lançado

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	11,50	13,82	
DIC TRIMESTRAL	23,00		
DIC ANUAL	45,00		
FIC MENSAL	7,60	3,00	
FIC TRIMESTRAL	15,19		
FIC ANUAL	30,39		
DMC	6,28	7,57	
DICR	16,60		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia - PB	9,27	23,51
Compra de Energia	11,34	28,77
Serviço de Transmissão	0,70	1,80
Encargos Setoriais	2,07	5,25
Impostos, Decretos e Encargos	15,05	40,49
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	39,42	100,00

Valor do encargo do Uso do Sistema de Distribuição  
(R\$ 3,2015) R\$ 2,11

#### ATENÇÃO



Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 16/04/2019 08:21:46

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904160822360000000020019116

Número do documento: 1904160822360000000020019116



19  
mm

**DECLARAÇÃO**  
**(Lei 7.115)**

Eu,

DAMIÃO SOUZA DO NASCIMENTO brasileiro(a),  
união estável, Agricultor, portador do RG nº  
3388903 expedido por SSP / PB e do CPF nº  
077.557.104-08, residente  
na(o) SÍTIO FEIJÃO, ZONA RURAL,  
município de PICUI - PB, **DECLARO**, nos precisos termos do art. 1º da  
lei nº 7.115 de 29 de março de 1983 (lei da desburocratização), para o fim de dispensa de  
custas processuais, **QUE SOU POBRE NA FORMA DA LEI**, cuja situação econômica não  
me permite pagar custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento  
próprio ou da família, **BEM COMO QUE RESIDO NO ENDEREÇO ACIMA**  
**ENUNCIADO.**

Declarando ainda, ser conhecedor(a) das sanções civis, administrativas e  
criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

PICUI - PB, 08 de DEZEMBRO de 2015.

DAMIÃO SOUZA DO NASCIMENTO  
DECLARANTE  
(A rogo se não souber ler nem escrever)

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983  
DOU 30/8/1983

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.  
O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando  
firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.**

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação  
aplicável.

Art. 3º A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983; 162º da Independência e 95º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel/Hélio Beltrão



**C E R T I D ã O**

Nº.Cont.: 086/2015

**CERTIFICO**, em razão do meu Ofício e a Requerimento **verbal** de pessoa interessada que, revendo neste Cartório Policial o registro de Ocorrências N.º **086/2015**, cujo teor agora passo a transcrever na Íntegra: Aos **08** dias do mês de Dezembro do ano de **2015**, Nesta cidade de **Picuí**, Estado da Paraíba e na **Delegacia de Polícia Civil**, presente a Autoridade Policial o (a) **Belª Dianni Regina de Barros Silva**, Delegada de Polícia Civil, comigo, Escrivã(o) de Polícia de seu cargo no final assinado e declarado, Ai, volta das 15h.10min. compareceu: **DAMIÃO SOUZA DO NASCIMENTO**, brasileiro, união estável, agricultor, natural de **Picuí/PB**, nascido aos **28/10/1980**, filho(a) de **Antonio Braz do Nascimento e Maria Fernandes de Souza**, residente no Sítio **Feijão zona rural de Picuí/PB**, RG nº3.388.903-SSP-PB e CPF nº 077.557.104-08; **CIENTE DAS SANÇÕES CIVIS, ADMINISTRATIVAS E CRIMINAIS AS QUAIS ESTÁRA SUJEITO(A) CASO O QUANTO AQUI DECLARAR NÃO PORTE ESTRITAMENTE A VERDADE, ASSIM FAZ O REGISTRO: QUE** no dia **18** de **Julho** de **2015**, por volta das **16:30** horas, foi vítima de acidente de moto próximo a cidade de **Baraúna**; **Que** no momento do acidente vinha pilotando a moto **POP 100**, ano **2011**, cor **vermelha**, placa **NQF-4424/PB**, chassi nº **9C2HB0210BR430309**, licenciado em nome de **Zilma de Araújo Angelo**; **Que** o comunicante após o acidente na referida moto foi socorrida pela **Ambulância** da cidade de **Baraúna** para o hospital regional de **Picuí**; **Que** as testemunhas abaixo assinadas presenciaram seu acidente; **Que** em virtude do acidente automobilístico o comunicante sofreu lesões conforme laudos apresentados na delegacia de policia civil local; **Era o que tinha a registrar. O referido é Verdade e Dou fé.**

Picuí/PB, 08 de Dezembro de 2015.

Damião Souza do Nascimento -  
COMUNICANTE:Zilda de Araújo Angelo.  
**ZILDA DE ARAÚJO ÂNGELO**

TESTEMUNHA 1 RG nº 2.563.481-SSP-PB, Residente na rua Presidente Getulio Vargas, S/nº, centro, Baraúna/PB.

Anabyhacya de Azevedo Araújo Macedo.  
**ANABYHACYA DE AZEVEDO ARAÚJO MACEDO**

TESTEMUNHA 2 RG nº 3.035.529-SSP-PB, Residente na rua José Osório Pontes, nº 74, Bairro JK, Picuí/PB.

Delegacia/Regional de Polícia Civil - Picuí - PB  
Rua Cel. Manoel Lucas, nº 02, Bairro Centro, CEP: 58.187-000 - Picuí - PB - Fone: (83) 3371-2324

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB Nº 011753288414  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO  
VIA- 003318160941 00/000000000 2014

NOME  
ZILMA DE ARAUJO ANGELO

PLACA  
04766714423 NQF4424/PB

PLACA ANT/LIC NOVO 9C2HB0210BR430309

VEICULO AS/MOTOCICLE/NAO APLIC COMBUSTIVEL GASOLINA

MARCA/MODELO HONDA/POP100 ANO FAB 2011 ANO MOD 2011

CAP/POT/CIL 2 P/97 /CI PARTIC COR PREDOMINANTE VERMELHA

COTA ÚNICA IPVA PAGO EM 30/05/2014 1º

FAIXA IPVA PARCELAMENTO / COTAS 2º

PREMIO TARIFARIO (R\$) IOF (R\$) PREMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO 30/05/2014

OBSERVAÇÕES  
A.F ADM DE CONC NACION HONDA LTDA  
DOCUMENTO DE PORTE OBRIGATORIO  
NAO VALIDO PARA TRANSFERENCIA

BARAUNA 27/04/2015  
366 671

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS  
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS  
TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

PB Nº 011753288414 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ZILMA DE ARAUJO ANGELO

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT  
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO  
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

04766714423 www.dpvatsegurodotransito.com.br 24/PB  
SAC DPVAT 0800 022 1204

2014 27/04/2015

VIA ZILMA DE ARAUJO ANGELO PLACA

RENAVAM MARCA / MODELO

ANO FAB 2011 DATA 04766714423 Nº CHASSI NQF4424/PB

003318160941 HONDA/POP100

FNS (R\$) 2011 9 DENATRAN (R\$) 9C2HB0210BR430309 CUSTO DO SEGURO (R\$)

CUSTO DO BILHETE (R\$) IOF (R\$) TOTAL SERVIDOR DO SEGURO (R\$)

PAGAMENTO SEGURO PAGO

COTA ÚNICA PARCELADO DATA DE QUITACAO

SEGURADORA LIDER - DPVAT

CNPJ 09.248.608/0001-04  
www.seguradoralider.com.br  
671-1432451-20150127





PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
C.N.P.J: 01.691.513/0001 - 59



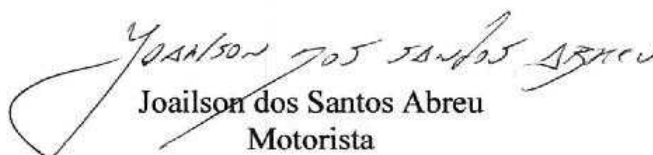
g2  
mm

**DECLARAÇÃO n.º 0135/2015**

Declaro para os devidos fins que o (a) Senhor (a) **DAMIÃO SOUSA DO NASCIMENTO**, Portador (a) do RG: 3.388.903 SSP/PB e CPF: 077.557.104-08, residente no Sítio Feijão, S/N, Zona Rural de Picui/PB, o mesmo foi socorrida no dia 18 de Julho de 2015 por volta de 16:30hs da tarde, vítima de acidente de Moto próximo a Cidade de Baraúna/PB, foi socorrida pela ambulância placa MNO 3947 conduzida pelo motorista Joailson dos Santos Abreu.

Para Efeitos legais, passo, assino e dou plena fé que a presente declaração é a expressão da verdade.

Baraúna/PB, 19 de Outubro de 2015.

  
Joailson dos Santos Abreu  
Motorista



SUS		ESTADO DA PARAÍBA - SECRETARIA DE SAÚDE	
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL			
CÓDIGO DA UNIDADE:	2757710	CGC/CPF:	08.778.268.0001/60
NOME:	HOSPITAL REGIONAL DE PICUI		
END.:	RUA FRANCISCO PEREIRA GOMES, 15 - BAIRRO MONTE SA		
MUNICÍPIO:	PICUI	ESTADO:	PARAÍBA UF: 25
Nome:	DAMIAO SOUZA DO NASCIMENTO		
Raça/Cor:	PARDA		
DI. Nasc:	28/10/1980	Idade:	34 ano(s) mês(es) de idade dia(as) de idade Sexo: M
Mãe:	MARIA FERNANDES DE SOUZA		
Profissão:	AGRICULTOR(A)	Documento:	3388903
Endereço:	ST FELICIAO Nº: 0		
Bairro:	ZONA RURAL		
Município/CEP/BCE:	PICUI / 58187000 / 251140		
Telefone para contato:	(83) 8809-8064	CNS:	209145887740006
Data e Hora:	18/08/2015 07:52:13	CADASTRO:	234544
PESO:	PA:	TEMP.:	SSVV
ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)			
<p><i>Presente com o plantamento</i> <i>1 fio cirúrgico p/ FX 5º MTC</i></p>			
EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: (TIPOS)			
<p><i>10X</i></p> <p><i>Hospital Regional de Picui</i> <i>Mesio conforme o original</i> <i>Picui, 15/10/2015</i> <i>Arquivo Médico</i> <i>Imagem de 15/10/2015</i> <i>209944</i></p>			
RESULTADOS			
MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS			
1. _____			
2. _____			
3. _____			
4. _____			
CARÁTER DO ATENDIMENTO			
<input type="checkbox"/> 01 - ELETIVO <input type="checkbox"/> 02 - URGÊNCIA <input type="checkbox"/> 03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA <input type="checkbox"/> 04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO <input type="checkbox"/> 05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS			
PROCEDIMENTO - descrição:			
<p><i>Fract. 5º MTC</i></p>			
CID-10:			
MEDICAÇÃO:		ENCAMINHAMENTO:	
<input type="checkbox"/> 1. PRESCRITA <input type="checkbox"/> 2. APLICADA		<input type="checkbox"/> OBSERVAÇÃO <input type="checkbox"/> RESIDÊNCIA <input type="checkbox"/> INTERNAÇÃO <input type="checkbox"/> OUTRO HOSPITAL <input type="checkbox"/> ÓBITO <input type="checkbox"/> OUTROS	
SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO:			
1. _____			
2. _____			
3. _____			
ASS. DO(S) PROFISSIONAL(IS) ASSISTENTE(S):			
CNS		CBO	
ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL		OU POLEGAR DIREITO	
<p><i>MARIA DAS VITÓRIAS PEDRO DE MELLO</i></p>		<p><i>10 Fio</i> <i>15/10/2015</i> <i>1501/1125</i> <i>CRM</i></p>	
ASS. DO REVISOR TÉCNICO		ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO	

RP/CEPC/UNSTA: HRP





**SUS** FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

CÓDIGO DA UNIDADE: 2757710 CGC/CPF: 08.778.268.0001/60

NOME: HOSPITAL REGIONAL DE PICUI

END.: RUA FRANCISCO PEREIRA GOMES, 15 - BAIRRO MONTE SA

MUNICÍPIO: PICUI ESTADO: PARAIBA UF: 25

Nome: DAMIAO SOUZA DO NASCIMENTO

Raça/Cor: PARDA

Sexo: M

Profissão: AGRICULTOR(A)

Endereço: ST FEIJAO

Bairro: ZONA RURAL

Documento: 3388903 Nº: 0

1. *João Luiz Alves*

2. *10/07/2015*

3. *10/07/2015*

4. *10/07/2015*

☐ 01 - ELETIVO **CARÁTER DO ATENDIMENTO**

☐ 02 - URGÊNCIA

☐ 03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA

☐ 04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO

☐ 05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS

**PROCEDIMENTO - descrição:**

*Julio A. Santos*

*12/07/2015*

*Parêntese de quem  
de modo especial por  
junior não fuma,  
je*

*Pol. Truvelin*

Hospital Regional de Picui  
Atesto conforme o original  
Picui, 27/07/2015  
Arquivo Médico

*Renô Torres Macaúba*  
Médico  
CRM 960

Josevânia Lima de Melo  
Aux. Administrativo

CNS

CBO

CRM

RESULTADOS

*005125*

ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO

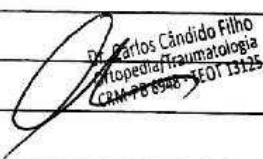
CAMBO

RECEPCIONISTA: HRP



**DESCRIÇÃO DE CIRURGIA**

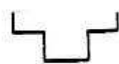
*35  
mm*

Nome do Paciente: <i>Damião Souza do Nascimento</i>		
Data da operação: <i>18/08/15</i>	Enf.:	Leito:
Operador: <i>Dro Carlos</i>		1º Auxiliar:
2º Auxiliar:	3º Auxiliar:	Instrumentador:
Anestesista: <i>Dro Roberto</i>		Tipo de Anestesia: <i>Bui</i>
Diagnóstico Pré-operatório: <i>FRATURA DE 5º MTC E</i>		
Tipo de operação: <i>fto cirúrgico de FRAT. do 5º MTC E</i>		
Diagnóstico Pós-operatório:		
Relatório Imediato do Patologista:		
Exame Radiológico no Ato:		
Acidente durante a operação:		
<b>DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO</b>		
Via de Acesso – Tática e Técnica – Ligaduras – Drenagem – Sutura – Material Empregado – Aspecto Visceras		
<i>1) Prevenção em JSH sob anest</i> <i>2) Pré-op + antisept + campos</i> <i>3) Injeção de analgésico + sedação</i> <i>4) Fixação de Pro K. 4x</i> <i>5) LC de</i> <i>6) Sutura por planos</i> <i>7) Curativos</i>		
 Dr. Carlos Cândido Filho Ortopedia/Traumatologia CRM-PB 6948 150113125		





spital Regional de Pícul "Féipe Tiago Gomes"



555

**SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE**

26  
mm

# EVOLUÇÃO

Nome: Dominos A. de Nascimento Idade: 34 Reg.: 74.542  
 Sexo: \_\_\_\_\_ Diagnóstico: \_\_\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_

Data	Evolução
08/08/15	<p><u># ortopedia #</u></p> <p>Paciente submetido à  tto cirúrgico p/ fratura  do 5º MTC s/ infiltrações</p> <p>Cl: 5º MTC s/ infiltrações  recuperação satisfatória</p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>Dr. Sérgio Candido Filho  Otorrinolaringologista  CRM-SP 13172</p>
19/08/15	<p><i>[Signature]</i> p/ casa</p> <p>Dr. Fabio Gaudim Nepomuceno  Cirurgião do Joelho  UNIMED-035000054295</p>





ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SAÚDE



SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL DE PICUI  
Rua: Francisco Pereira Gomes Nº 15  
Bairro: Monte Santo - CEP - 58.187-970  
Fone/Fax - (83) 3371-2990 / 3371-2554  
CNPJ - 03.515.174/0001-85 UTB-14009-00  
Picuí - PB

RECEITUÁRIO

Nome:

End:

SOLICITO

*Fisioterapia Motora  
(20 Sessões)*

*FAT. Sº MTC  
(conservação)*

*Dr. Carlos Candido Filho  
Fisioterapia Traumatologia  
CRM: 1217*

Data: *28/09/15*

Carimbo e assinatura do Médico

«AO RETORNAR TRAZER ESTE RECEITUÁRIO





GOVERNO  
DA PARAÍBA

Hospital Regional de Picuí "Felipe Tiago Gomes"



### ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins, que, a pedido do(a) Sr.(a)  
DAMIÃO SOUZA DO NASCIMENTO portador(a)  
da identidade RG —x—, que o(a) mesmo(a) foi  
atendido(a) por mim no dia de hoje, às 10 horas, submetido(a)  
a consulta, portador da patologia  
CID-10 S62.3, devendo permanecer afastado(a) de  
suas atividades laborativas por um período de 45  
(quarenta e cinco) dias, a partir desta data.

Picuí, 03/08/15

Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

Dr. Carlos Cândido Filho  
Ortopedista - Cirurgião de Joelho  
CRM-PA 052.152.674-80  
RQE 6948 - TEOT 13125

### AUTORIZAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_ autorizo o(a)  
Dr. (a) \_\_\_\_\_, a registrar o  
diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso neste atestado  
médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

1ª VIA-PACIENTE

2ª VIA ANEXA AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO







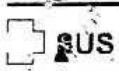


Hospital Regional de Picuí "Felipe Tiago Gomes"

## FICHA DE ANESTESIA

30  
mm

[illegible]

 Sistema Único de Saúde Ministério da Saúde		<b>LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR</b>	
Identificação do Estabelecimento de Saúde - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE <b>HOSPITAL REGIONAL DE PICUI</b>		2 - CNES <b>2757710</b>	
Identificação do Paciente - NOME DO PACIENTE <b>Camila Souza da Nascimento</b>		6 - Nº DO FRONTUÁRIO <b>74.540</b>	
- CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS) <b>2091458877400061</b>		8 - DATA DE NASCIMENTO <b>28/10/80</b>	
9 - SEXO Masculino <input checked="" type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/>		10 - RAÇA/COR <b>Preta</b>	
11 - NOME DA MÃE <b>Maria Fernandez de Souza</b>		12 - TELEFONE DE CONTATO DDD <b>83</b> Nº DO TELEFONE <b>98809-8064</b>	
13 - NOME DO RESPONSÁVEL <b>o mesmo</b>		13 - TELEFONE DE CONTATO DDD ( ) Nº DO TELEFONE	
14 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO) <b>St. Getúlio</b>			
15 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA <b>Picui</b>		17 - COD. IBGE MUNICÍPIO <b>050240</b>	18 - UF <b>PB</b>
		19 - CEP <b>58.187-000</b>	
<b>JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO</b>			
1 - TRAJETÓRIA E SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS <b>Paciente com história de fratura no</b> <b>mão, segue em tratamento</b> <b>parental, no momento de</b> <b>Neurot 1to cirurgia</b>			
2 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO <b>Neurot 1to cirurgia</b>			
3 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS) <b>RA + EF.</b>			
13 - DIAGNÓSTICO INICIAL <b>Fract. 5ª MTC</b>		24 - CID 10 PRINCIPAL <b>S623</b>	25 - CID 10 SECUNDÁRIO 
26 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS			
<b>PROCEDIMENTO SOLICITADO</b>			
27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO <b>1to cirurgia de fract. 5ª MTC</b>		28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO <b>0408020377</b>	
29 - CLÍNICA <b>C</b>	30 - CARATEPE DA INTERNAÇÃO <b>U</b>	31 - DOCUMENTO <b>Carlos Cândido Filho</b> <b>Ortopedista/Traumatologista</b> <b>CPF: 013.159.674-50</b>	
32 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE <b>Carlos Cândido Filho</b> <b>Ortopedista/Traumatologista</b>		33 - DATA DA SOLICITAÇÃO <b>18/08/15</b>	
34 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO) <b>CPF: 013.159.674-50</b>		35 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO) <b>CPF: 013.159.674-50</b>	
<b>RECHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIA)</b>			
36 - ACIDENTE DE TRÁNSITO <input type="checkbox"/>	37 - ACIDENTE DE TRABALHO <input type="checkbox"/>	38 - ACIDENTE DE TRABALHO TIPO <input type="checkbox"/>	39 - ACIDENTE DE TRABALHO TRAJETO <input type="checkbox"/>
40 - CNPJ DA SEGURADORA		41 - Nº DO BILHETE	42 - CNPJ DA EMPRESA
43 - CNPJ DA EMPRESA		44 - CNPJ DA EMPRESA	45 - CNPJ DA EMPRESA
46 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA EMPREGADO <input type="checkbox"/> EMPREGADOR <input type="checkbox"/> AUTÔNOMO <input type="checkbox"/> DESEMPREGADO <input type="checkbox"/> APOSENTADO <input type="checkbox"/> NÃO SEGURO <input type="checkbox"/>			
<b>AUTORIZAÇÃO</b>			
47 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		48 - COD. ORGÃO EMISSOR	
49 - Nº DO DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		50 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR	
51 - DATA DA AUTORIZAÇÃO		52 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)	
53 - DATA DA AUTORIZAÇÃO		54 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)	

Hospital Regional de Picui  
 Atesto conforme o original.  
 Picui, 15/10/2015  
 Arquivo Médico

Iaponira de Lemos Freitas  
 Coordenadora Adm.  
 210996-4



**ARUANA SEGUROS DPVAT****SINISTRO: 3160183704**

32

ARUANA SEGURADORA S/A (cód: 2119) Visão Geral em 04/07/2016 SINISTRO: 3160183704 Data de Cadastro no Sistema: 09/03/2016	Dep. Líder: 216 Dependência: 216 JEM REGULADORA DE SINISTROS LTDA RUA AMINTAS BARROS, 3137 LJ 03/BLOCO 1 - CENTRO COMERCIAL ABBAS CENTER 59063-350 - LAGOA NOVA NATAL - RN Fone: (84) 3343-0117 E-mail:
Processo sem movimentação de RCO ou ASL	
Origem: 216 00 31	
Vítima: DAMIAO SOUSA DO NASCIMENTO End: SÍTIO FEIJAO , S N Bairro: ZONA RURAL Cidade: PICUI Código do Beneficiário: 1 - Vítima Data de Nascimento: 28/10/1980 Data do Acidente: 18/07/2015 Código do Veículo: 9 - Motocicleta	CEP: 58187000 UF: PB CPF: 07755710408 Natureza: 2

Pré-Cadastro sem históricos!

**Históricos relativos ao Sinistro Nº 3160183704**

Data	Histórico
16/03/2016 17:14:54	[ Informado pela Seguradora Aruana ] -FAZER UM ADENO NO B-O ESCLARECENDO A MECANICA DO ACIDENTE
12/04/2016 14:30:08	[ Informado pela Seguradora Aruana ] - Processo enviado para a Seguradora Líder
03/05/2016 15:26:47	[ Informado pela Seguradora Aruana ] - Processo enviado para a Seguradora Líder
13/05/2016 15:51	Sinistro Cadastrado no SIS-DPVAT
25/05/2016 10:17:06	[ Informado pela Seguradora Líder ] - Pagamento previsto para 27/05/2016.
25/05/2016 10:23:50	Aguardando aviso de pagamento

**Lançamentos de Pagamento encontrados para o Sinistro nº 3160183704**

SINISTRO	PG.NUM.	COD. BENEFICIARIO	CPF/CNPJ	DATA DO PAGTO	VALOR	BANCO	AGENCIA	CONTA/DV
3160183704 01	PG	DAMIAO SOUSA DO NASCIMENTO	07755710408	27/05/2016	2.362,50	104	04916-	000000006092-8



33  
mm

PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA

COMARCA DE PICUI - CENTRAL DE DISTRIBUICAO

Tipo de distribuição: SORTEIO - 29/03/2017 11 horas 33 minutos

Processo: 0002837-41.2016.815.0271

Classe: PROCEDIMENTO ORDINARIO

SEGURO

Valor da causa : 9450,00

Serie : 10

Autor : DAMIAO SOUZA DO NASCIMENTO

Reu : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

Vara : VARA UNICA DE PICUI

Juiz : ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA

Promotor: LEONARDO QUINTANS COUTINHO



05 04 17  
mm

05 04 17  
mm







PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DA PARAÍBA  
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUÍ

DECISÃO

Vistos etc.,

O pedido de justiça gratuita não merece acolhimento, eis que a parte autora não comprova sua hipossuficiência financeira.

Com efeito, não há nos autos qualquer comprovação dos seus rendimentos, ou da sua qualificação profissional ou ainda que o autor é beneficiário de programa social de baixa renda.

Ademais, pela nova sistemática processual prevista no art. 98 do NCPC, deve o juízo ser criterioso no deferimento deste benefício, eis que há a possibilidade de **redução ou parcelamento das custas**, razão pela qual a concessão da gratuidade deve ficar reservada para aquelas partes que comprovam sua incapacidade de custear as despesas do processo.

Posto isto, indefiro o pedido de justiça gratuita e determino a intimação da parte autora para em 5 dias recolher as custas, sob pena de cancelamento da distribuição.

Cumpra-se.

Picuí, 9 de agosto de 2017.

ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA  
Juiz de Direito

DATA  
recebido nesta data em Cartório  
Ass. 14/08/17  
mm



CE T:DA

Unidade que recebe NOTA

ORON 130/17

Doc 16

15 08, 17

mm







TRIGUEIRO & NOBREGA  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

36  
ced

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI-  
PARAÍBA

Processo: 0002837-41.2016.815.0271

DATA  
recebido nesta data em Picuí  
Picuí 28/11/17  
Escritório / Recebido

DAMIÃO SOUZA DO NASCIMENTO, já devidamente qualificada, servindo-se do patrocínio profissional do Bel. Nilo Trigueiro Dantas, inscrito na OAB/PB sob o nº 13.220, nos autos desta Ação de Cobrança, processo em epígrafe, vem, respeitosamente, juntar o competente comprovante de renda, o qual testifica que o requerente se encontra DESEMPREGADO, conforme denota a CÓPIA DA SUA CTPS em anexo a essa petição, e não possui condições financeiras para arcar com o ônus processual, razão pela qual insiste na concessão da GRATUIDADE JUDICIÁRIA.

Cumpre ressaltar inicialmente que foi colacionado nos autos declaração de pobreza informando que o promovente da presente demanda é pobre nos termos da lei, o que é suficiente para provar que o mesmo não tem condições de arcar com despesas processuais e com os honorários advocatícios.

Porém, apesar de ter colacionado aos autos tal declaração, esse Juízo acabou por indeferir o pedido de Justiça Gratuita, conforme assevera o despacho retro, o que com toda vênha, entendemos ser injusto, haja vista que tal entendimento viola o apregoado por nossa Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XXXV, onde assegura a todos o direito de acesso à justiça em defesa de seus direitos, independentemente do pagamento de taxas.

Ademais, é cristalino o direito do requerente em ser agraciado por tal benefício da justiça gratuita, uma vez que junta agora a Cópia da sua CTPS, o que comprova a sua condição de DESEMPREGADO e de Baixa Renda, além da consequente inviabilidade de pagamento das custas judiciais sem comprometer sua subsistência, nos termos do art. 99 do NCPC, abaixo transcrito:

*Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.*

*§ 1º Se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por petição simples, nos autos do próprio processo, e não suspenderá seu curso.*

*§ 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de*

*ced*

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

37  
OAB

*indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.*

*§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.*

*§ 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.*

*§ 5º Na hipótese do § 4º, o recurso que verse exclusivamente sobre valor de honorários de sucumbência fixados em favor do advogado de beneficiário estará sujeito a preparo, salvo se o próprio advogado demonstrar que tem direito à gratuidade.*

*§ 6º O direito à gratuidade da justiça é pessoal, não se estendendo a litisconsorte ou a sucessor do beneficiário, salvo requerimento e deferimento expressos.*

*§ 7º Requerida a concessão de gratuidade da justiça em recurso, o recorrente estará dispensado de comprovar o recolhimento do preparo, incumbindo ao relator, neste caso, apreciar o requerimento e, se indeferi-lo, fixar prazo para realização do recolhimento.*

Desta forma, fica demonstrado a precária situação econômica do requerente, fazendo-se necessária a concessão da Justiça Gratuita, viabilizando o amplo acesso ao Judiciário.

Caso Vossa Excelência entenda por não conceder a gratuidade da Justiça de forma integral, que seja lhe concedido apenas a gratuidade para dispensa das custas prévias iniciais, nos termos do § 5º do art. 98 do CPC.

Diante do exposto, requer o peticionário que Vossa Excelência reconsidere o indeferimento da Justiça Gratuita, e, diante dos documentos ora colacionados, que conceda os beneplácitos da justiça gratuita de forma integral, ou em caso contrário, que seja o mesmo apenas dispensado de recolher as custas prévias iniciais, nos termos do § 5º do art. 98 do CPC, devendo arcar com os ônus das diligências, postagens e demais outras despesas decorrentes desses autos.

Nesses termos,  
pede deferimento.

Picuí, 17 de novembro de 2017.

**NILO TRIGUEIRO DANTAS**  
OAB-PB 13.220

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com



Nome Daniela Fausse do Nascimento  
Loc. Nasc. Pernambuco Est. PE Data 28.10.1970  
Instituto Brasileiro de Planejamento e Marketing  
Fundador da Casa  
Doc. Nº CNPJ nº 06.918.971-01 Lvl 2 Aut. Inf. Banc. rec.  
Bem - PB

## ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em ..... / ..... / ..... Doc. Ident. Nº .....  
 Exp. em ..... / ..... Estado .....  
 Obs.: .....  
 Data Emissão: 04.11.02 ..... INSTITUTO DE IDENTIFICACAO

**DIRETO DE IDENTIFICACAO**

2004 - 2005

Assinatura do Filhos do

## ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE

(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

## Norme

DOI:

Name \_\_\_\_\_

Doc.

None

Doc.

**Abstract**

**00000000**

Nasc

0000000000000000

0000000000000000

Proc.

0000000000000000

avoz também está obrigada a trabalhar para prevenir acidentes e evitar as doenças profissionais.

Mostrar ao seu maior comprometido as perigos que o cercam no trabalho.

Cada acidente é uma lição que deve ser apreendida, para evitar acidentes designados.

Tudo o que acontece em sua casa, que é possível evitar, não é relacionado ao trabalho.

Se você não estiver trabalhando, não tem o seguro indenizatório. Portanto, não se esqueça de fazer o seguro indenizatório adequado. Não deixe que "ventururas" e "curiosos" concorram para o agravamento de sua lesão.

Se você não é eletricitista, não se meta a fazer sua vida de eletricitista.

Prevenir o acidente mortal não é possível, se você não vive na era da sociedade, mundialmente desenvolvida.

As máquinas não respondem ninguém; mas você deve respeitá-las.

Atenção! As responsabilidades das Máquinas da CIPA e de seus operadores.

Condição sempre em regra de segurança: ele seguiu onde você trabalhou.

Carreiras e deslizes no trabalho prejudicam a produtividade para a saúde.

1. e 2. e 3. e 4. e 5. e 6. e 7. e 8. e 9. e 10. e 11. e 12. e 13. e 14. e 15. e 16. e 17. e 18. e 19. e 20. e 21. e 22. e 23. e 24. e 25. e 26. e 27. e 28. e 29. e 30. e 31. e 32. e 33. e 34. e 35. e 36. e 37. e 38. e 39. e 40. e 41. e 42. e 43. e 44. e 45. e 46. e 47. e 48. e 49. e 50. e 51. e 52. e 53. e 54. e 55. e 56. e 57. e 58. e 59. e 60. e 61. e 62. e 63. e 64. e 65. e 66. e 67. e 68. e 69. e 70. e 71. e 72. e 73. e 74. e 75. e 76. e 77. e 78. e 79. e 80. e 81. e 82. e 83. e 84. e 85. e 86. e 87. e 88. e 89. e 90. e 91. e 92. e 93. e 94. e 95. e 96. e 97. e 98. e 99. e 100. e 101. e 102. e 103. e 104. e 105. e 106. e 107. e 108. e 109. e 110. e 111. e 112. e 113. e 114. e 115. e 116. e 117. e 118. e 119. e 120. e 121. e 122. e 123. e 124. e 125. e 126. e 127. e 128. e 129. e 130. e 131. e 132. e 133. e 134. e 135. e 136. e 137. e 138. e 139. e 140. e 141. e 142. e 143. e 144. e 145. e 146. e 147. e 148. e 149. e 150. e 151. e 152. e 153. e 154. e 155. e 156. e 157. e 158. e 159. e 160. e 161. e 162. e 163. e 164. e 165. e 166. e 167. e 168. e 169. e 170. e 171. e 172. e 173. e 174. e 175. e 176. e 177. e 178. e 179. e 180. e 181. e 182. e 183. e 184. e 185. e 186. e 187. e 188. e 189. e 190. e 191. e 192. e 193. e 194. e 195. e 196. e 197. e 198. e 199. e 200. e 201. e 202. e 203. e 204. e 205. e 206. e 207. e 208. e 209. e 210. e 211. e 212. e 213. e 214. e 215. e 216. e 217. e 218. e 219. e 220. e 221. e 222. e 223. e 224. e 225. e 226. e 227. e 228. e 229. e 230. e 231. e 232. e 233. e 234. e 235. e 236. e 237. e 238. e 239. e 240. e 241. e 242. e 243. e 244. e 245. e 246. e 247. e 248. e 249. e 250. e 251. e 252. e 253. e 254. e 255. e 256. e 257. e 258. e 259. e 260. e 261. e 262. e 263. e 264. e 265. e 266. e 267. e 268. e 269. e 270. e 271. e 272. e 273. e 274. e 275. e 276. e 277. e 278. e 279. e 280. e 281. e 282. e 283. e 284. e 285. e 286. e 287. e 288. e 289. e 290. e 291. e 292. e 293. e 294. e 295. e 296. e 297. e 298. e 299. e 300. e 301. e 302. e 303. e 304. e 305. e 306. e 307. e 308. e 309. e 310. e 311. e 312. e 313. e 314. e 315. e 316. e 317. e 318. e 319. e 320. e 321. e 322. e 323. e 324. e 325. e 326. e 327. e 328. e 329. e 330. e 331. e 332. e 333. e 334. e 335. e 336. e 337. e 338. e 339. e 340. e 341. e 342. e 343. e 344. e 345. e 346. e 347. e 348. e 349. e 350. e 351. e 352. e 353. e 354. e 355. e 356. e 357. e 358. e 359. e 360. e 361. e 362. e 363. e 364. e 365. e 366. e 367. e 368. e 369. e 370. e 371. e 372. e 373. e 374. e 375. e 376. e 377. e 378. e 379. e 380. e 381. e 382. e 383. e 384. e 385. e 386. e 387. e 388. e 389. e 390. e 391. e 392. e 393. e 394. e 395. e 396. e 397. e 398. e 399. e 400. e 401. e 402. e 403. e 404. e 405. e 406. e 407. e 408. e 409. e 410. e 411. e 412. e 413. e 414. e 415. e 416. e 417. e 418. e 419. e 420. e 421. e 422. e 423. e 424. e 425. e 426. e 427. e 428. e 429. e 430. e 431. e 432. e 433. e 434. e 435. e 436. e 437. e 438. e 439. e 440. e 441. e 442. e 443. e 444. e 445. e 446. e 447. e 448. e 449. e 450. e 451. e 452. e 453. e 454. e 455. e 456. e 457. e 458. e 459. e 460. e 461. e 462. e 463. e 464. e 465. e 466. e 467. e 468. e 469. e 470. e 471. e 472. e 473. e 474. e 475. e 476. e 477. e 478. e 479. e 480. e 481. e 482. e 483. e 484. e 485. e 486. e 487. e 488. e 489. e 490. e 491. e 492. e 493. e 494. e 495. e 496. e 497. e 498. e 499. e 500. e 501. e 502. e 503. e 504. e 505. e 506. e 507. e 508. e 509. e 510. e 511. e 512. e 513. e 514. e 515. e 516. e 517. e 518. e 519. e 520. e 521. e 522. e 523. e 524. e 525. e 526. e 527. e 528. e 529. e 530. e 531. e 532. e 533. e 534. e 535. e 536. e 537. e 538. e 539. e 540. e 541. e 542. e 543. e 544. e 545. e 546. e 547. e 548. e 549. e 550. e 551. e 552. e 553. e 554. e 555. e 556. e 557. e 558. e 559. e 560. e 561. e 562. e 563. e 564. e 565. e 566. e 567. e 568. e 569. e 570. e 571. e 572. e 573. e 574. e 575. e 576. e 577. e 578. e 579. e 580. e 581. e 582. e 583. e 584. e 585. e 586. e 587. e 588. e 589. e 590. e 591. e 592. e 593. e 594. e 595. e 596. e 597. e 598. e 599. e 600. e 601. e 602. e 603. e 604. e 605. e 606. e 607. e 608. e 609. e 610. e 611. e 612. e 613. e 614. e 615. e 616. e 617. e 618. e 619. e 620. e 621. e 622. e 623. e 624. e 625. e 626. e 627. e 628. e 629. e 630. e 631. e 632. e 633. e 634. e 635. e 636. e 637. e 638. e 639. e 640. e 641. e 642. e 643. e 644. e 645. e 646. e 647. e 648. e 649. e 650. e 651. e 652. e 653. e 654. e



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número 64558 Série 00026 PB

ASSINATURA DO PORTADOR





PARA USO DO INSS

**INSCRIÇÃO DE SEGURADO, DE SEUS DEPENDENTES E DESIGNAÇÃO, EQUIPARAÇÃO E CONCORRÊNCIA DE DEPENDENTES**

REGISTRO DE INSCRIÇÕES

39  
ad

PARA USO DO INSS

**INSCRIÇÃO DE SEGURADO, DE SEUS DEPENDENTES E DESIGNAÇÃO, EQUIPARAÇÃO E CONCORRÊNCIA DE DEPENDENTES**

REGISTRO DE INSCRIÇÕES

PARA USO DO INSS

**DESEMPREGO OU AFASTAMENTO DA ATIVIDADE — CONSERVAÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO**

REGISTRO DAS SITUAÇÕES

PARA USO DO INSS

**DESEMPREGO OU AFASTAMENTO DA ATIVIDADE — CONSERVAÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO**

REGISTRO DAS SITUAÇÕES



**SEBASTIAO DE LIMA**  
SIT MENDES, S/N - AREA RURAL  
BARAUNA/PB CEP: 58180000 (AG. 00)

Classificação: RURAL / COLETIVIDADE RURAL MONOFÁSICA - 30,30 Km2 - Crato Redenção - João Pessoa/PB - CEP 59071-680  
 Roteiro: 7 - 269 - 690 - 1535 Referência: Jul/2017  
 Nº medidor: 00006529292 Emissão: 13/07/2017

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
 CNPJ: 09.096.193/0001-40 - Insc. Est. 16.915.823-0

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº000 541 794  
Código para Débito Automático: 00016108810

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Jul / 2017	13/07/2017	15/08/2017	4354830417

UC (Unidade Consumidora): 5/1610566-0

### Canal de contato

**Prezado Cliente:**  
A partir deste mês, as Contas contarão com um novo layout para torná-las ainda mais claras e compreensíveis: 25 informações e os demonstrativos de consumo, alíquotas, tarifa e composição da fatura. O valor da tarifa, passou a ser apresentado acrescido dos impostos ICMS, PIS e COFINS, demonstrando o preço total da energia paga pelo cliente. Essa modificação não impacta nos valores finais pagos pelos clientes.

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias				
Data	Leitura	Data	Leitura							
12/08/17	3102	13/07/17	3182	1	80	31				
Demonstrativo										
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa2	Valor Base Calc.	Alq.	Contrib.(R\$)	Base Calc.	Pis.(R\$)	Cofins(R\$)	
		Tributos Total(R\$)	ICMS(R\$)	ICMS	Pis/Colins(R\$)	(0,8072%)	(7,081%)			
DBE1	Consumo em kWh	80.800	0,316900	25,50	0,00	0	0,00	25,50	0,20	0,95
DBE1	Adic. B. Amarela			0,71	0,00	0	0,00	0,71	0,00	0,02
DB10	Subsídio			10,92	0,00	0	0,00	10,92	0,09	0,40
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS										
DBE4	JUROS DE MORA 04/2017			0,67	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
DBE5	MULTA 04/2017			0,53	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
DBE6	Devolução Subsídio			-10,43	0,00	0	3,00	0,00	0,00	0,00

CC - Código de Classificação do Item	TOTAL	27,90	0,00	0,00	37,13	0,29	1,37
--------------------------------------	-------	-------	------	------	-------	------	------

Média últimos meses (kWh)

**VENCIMENTO**  
**20/07/2017**

**TOTAL A PAGAR**  
**R\$ 27,90**

### Histórico de Consumo (kWh)

Historico de Consumo (kWh)											
91	88	77	87	76	77	84	75	56	80	82	80
Jun/17	Mar/17	Abr/17	Mar/17	Fev/17	Jan/17	Dez/16	Nov/16	Out/16	Set/16	Ago/16	Jul/16

6088.594d.29be.2a47.6467 663e.a2a0 0f61.

Indicadores de Qualidade 5/2017 - Cutié

Limites da Tensão		Apurado	Limite de Tensão (V)	Discriminação	
INCR. TENSÃO	INCR. TENSÃO			INCR. TENSÃO	INCR. TENSÃO
INCR. TENSÃO	21,74	4,59	NOMINAL	220	33,01
INCR. TENSÃO	49,46				42,69
INCR. TENSÃO	7,97	1,00	CONTRATADA	202	11,80
INCR. TENSÃO	15,34		LIMITE INFERIOR	231	0,50
INCR. TENSÃO	3,68		LIMITE SUPERIOR	231	0,50
INCR. TENSÃO	9,59	4,58			27,90
INCR. TENSÃO	16,60				100,00

Valor do EUSD (Ref. 5/2017) R\$ 13,96





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE PICUÍ

VARA ÚNICA DE PICUÍ  
Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB  
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0002837-41.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: DAMIAO SOUZA DO NASCIMENTO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de n. **0002837-41.2016.8.15.0271** para o **PJe (Processo Judicial Eletrônico)** e **INTIMO** as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.

João Pessoa/PB, 29 de julho de 2019.

ELIELTON ALVES DA SILVA  
Técnico Judiciário



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
COMARCA DE PICUÍ  
Juízo do(a) Vara Única de Picuí  
Rua São Sebastião, S/N, CENTRO, PICUÍ - PB - CEP: 58187-000  
Tel.: (83) 33712403; e-mail:  
Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

---

v.1.00

**CERTIDÃO DE CONCLUSÃO DOS AUTOS / JUNTADA DE TERMO DE COMPARECIMENTO EM CARTÓRIO**

**Nº do Processo:** 0002837-41.2016.8.15.0271

**Classe Processual:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**Assuntos:** [SEGURO]

**AUTOR:** DAMIAO SOUZA DO NASCIMENTO

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

Certifico, para os devidos fins, que o advogado da parte autora juntou petição, juntada no id [20580841](#) às fls. 37, razão pela qual, encaminho os autos conclusos para deliberação.

PICUÍ-PB, em 9 de fevereiro de 2020  
CAROLINA CORREIA DE MELO SABINO  
Técnico Judiciário





**Tribunal de Justiça da Paraíba**  
**Vara Única de Picuí**

**PROCESSO Nº 0002837-41.2016.8.15.0271**  
**Natureza: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**AUTOR: DAMIAO SOUZA DO NASCIMENTO**  
**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A**

## **SENTENÇA**

**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7). Necessidade de Instruir o Pedido com Guia de Custas.** Art. 386, §3º, do Código de Normas Judicial. Documento Indispensável à Propositura da Ação. Indeferimento da Petição Inicial. CPC, art. 485, I.  
– Faltando documento indispensável à propositura da ação, indefere-se a inicial e extingue-se o processo sem análise meritória.

### **Vistos, etc.**

Trata-se de ação de **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**, ajuizada pela parte autora qualificada nos autos, pelos **motivos expostos na petição inicial**.

O pedido de justiça gratuita foi indeferido.

Intimada, a parte autora reiterou o pedido de justiça gratuita.

Os autos foram migrados para o sistema PJe, tendo a parte autora tomado ciência, deixando de instruir o pedido com a guia de custas judiciais, nos termos do que dispõe o art. 386, §3º, do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça.

Vieram-me os autos conclusos para os fins de direito.

### **É o relatório.**

### **Decido.**

O art. 386, §3º, do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça (Provimento CGJ-TJPB Nº 49/2019, disponível em <https://corregedoria.tjpb.jus.br/legislacao/codigo-de-normas-cgjp-judicial/>), dispõe, *in verbis*:

**Art. 386. O magistrado poderá conceder a redução e/ou o parcelamento das despesas processuais que a parte ou interessado tiver de adiantar no curso do procedimento, mediante decisão fundamentada, na forma dos §§ 5º e 6º do art. 98 do CPC.**

(...)

§ 3º A parte deverá apresentar junto com a petição inicial a guia de custas, ainda que haja o requerimento de gratuidade processual, salvo nos casos de processos com isenção legal de custas.

Sendo assim, após a edição da norma acima transcrita, a guia de custas judiciais passa a ser documento indispensável à propositura da ação, mesmo que haja requerimento de gratuidade de justiça, sendo um dos requisitos da petição inicial, na dicção do art. 320 do CPC:

**Art. 320. A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.**



No caso dos autos, a gratuidade de justiça foi indeferida, tendo a parte autora sido intimada a recolher as custas judiciais.

Entretanto, a parte autora limitou-se a reiterar o pedido de justiça gratuita.

Além disso, quando tomou ciência da digitalização dos autos, deixou de instruir o pedido com a guia de custas, nos termos do art. 386, §3º, do Código de Normas Judicial, razão por que a ação deixou de ser instruída com documento indispensável à propositura da ação, conforme o disposto no art. 320 do CPC, acima transcrito.

Com efeito, em caso de ausência de qualquer dos requisitos da inicial, inclusive na falta de documento indispensável à propositura da ação, a petição inicial é considerada inepta e, portanto, deve ser indeferida, consoante o art. 321, parágrafo único do CPC:

**Art. 321.** O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos [arts. 319 e 320](#) ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.

**Parágrafo único.** Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial

Sendo assim, atento ao que mais dos autos consta e aos princípios de direito aplicáveis à espécie, com fulcro no art. 386, § 3º, do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça, c/c arts. 320, 321, parágrafo único, e 485, inciso I, todos do CPC, **INDEFIRO A INICIAL e, em consequência, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito.**

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Sem condenação em custas, uma vez que o processo não se desenvolveu.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Picuí, data e assinatura eletrônicas.

**Anyfrancis Araújo da Silva**  
**Juiz de Direito**





Segue Apelação em anexo.





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUI/PB.**

**PROCESSO Nº 0002837-41.2016.815.0271**

**DAMIAO SOUZA DO NASCIMENTO**, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, de Ação de Cobrança c/c Reparação de Danos, deduzida em face da Seguradora Lider dos Consorcios Dpvat S.A., por seu procurador adiante assinado, vem, tempestivamente, diante de Vossa Excelência, com fundamento nos dispositivos processuais aplicáveis à espécie, particularmente os artigos 1009 e seguintes do Código de Processo Civil, apresentar **RECURSO DE APELAÇÃO**, em laudas separadas que a esta seguem.

Dispensado o preparo recursal, tendo em vista a concessão da gratuidade judiciária nos termos da sentença recorrida (documento id 29465245).

Requer, assim, digno-se Vossa Excelência receber o presente recurso, em ambos os efeitos legais, e cumprido o trâmite de praxe, seja remetido à superior instância.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento.

Picuí – PB, 15 de junho de 2020.

**NILO TRIGUEIRO DANTAS**  
OAB-PB 13.220





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

**EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**

**RAZÕES DE APELAÇÃO**

**Pelo Apelante/autor DAMIAO SOUZA DO NASCIMENTO**

Colenda Câmara Cível,

Ínclitos Julgadores

Inconformada com a decisão do MM. Juiz singular, recorre para ver anulada a sentença e, não sendo este o entendimento desta Colenda Câmara, recorre para que seja reformada a decisão monocrática nos termos adiante explicitados.

**I - OS FATOS**

A Apelante propôs Ação Indenizatória em desfavor da Seguradora Líder dos Consórcios Dpvat S.A., requerendo entre outros, a concessão Indenização do Seguro Obrigatório em virtude de ter sido vítima de acidente de trânsito e de ter permanecido inválido permanentemente, tendo suplicado a assistência judiciária gratuita tendo em vista que não possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais, pedido este indeferido pelo Juízo “a quo” conforme denuncia a sentença recorrida (documento id 29465245), sob a alegação de que “[...] **não havia nos autos qualquer comprovação dos seus rendimentos, ou da sua qualificação profissional ou ainda que o autor é beneficiário de programa social de baixa renda [...]**”

Diante de tal negativa a parte autora peticionou requerendo a reconsideração da decisão retro e apresentou a cópia de documentos (PÁGINAS 29/41 do documentos id 20580841), que demonstra que o mesmo NÃO EXERCE ATIVIDADE REMUNERADA e ESTÁ DESEMPREGADO ATUALMENTE, bem como que tal assistência judiciária fosse concedida de forma parcial nos termos do art. 99 do NCPC ou que fosse concedido um desconto parcial em tal recolhimento de custas, conforme acentua o §5º do art. 98 do NCPC, abaixo transcrito:

*“Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.*

*§ 1º A gratuidade da justiça compreende:*

*“...”*

*§ 5º A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução*





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

*percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento. (grifos nossos)"*

Porém, apesar da documentação apresentada comprovando a situação econômica do Apelante de ser um mero ASSALARIADO, **BEM COMO ANTE AO FATO PRINCIPAL DE REQUERER A APLICAÇÃO DE REDUÇÃO PERCENTUAL DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) SOB AS CUSTAS PRÉVIAS, CONFORME ENUNCIADO NO §5º DO ART. 98 DO CPC**, o Juízo apelado acabou por cancelar a distribuição e determinar o arquivamento dos autos nos termos do artigo 290 do CPC.

**Restando tão somente a esse Tribunal de Justiça a conceder a gratuidade judiciária de forma parcial com aplicação de uma redução percentual das custas processuais conforme enuncia o §5º do Art. 98 do CPC.**

Logo, percebe-se al lermos os autos, que o Juiz a quo fala em desconto e/ou parcelamento das custas, mas não os especifica, como a autora especificou em sua **petição páginas 37/38 do documento id 20580841**, razão pela qual tornou a decisão apelada totalmente injusta e abusiva.

Portanto, diante desses fatos, o apelante aguarda o provimento do Recurso interposto, reformando-se na ÍNTEGRA, destarte, a D. Sentença, proferida pelo douto Juízo "a quo", uma vez que antes mesmo de tal magistrado se pronunciar sob o desconto requerido com fulcro no §5º do artigo 98 DO CPC, o mesmo acabou por extinguir injustamente o presente processo e consequentemente arquivá-lo, razão pela qual requer a anulação da respectiva decisão e a consequente concessão ao autor da gratuidade judiciária de forma parcial.

## **II. RAZÕES DE RECURSO**

### **DAS RAZÕES DO INCONFORMISMO**

A Sentença (documento id 29465245) proferida pelo Excelentíssimo Senhor Juiz merece ser reformada, haja vista que para a concessão do benefício da Assistência Judiciária Gratuita não é necessária caráter de miserabilidade do requerente, pois em princípio, a simples afirmação da parte no sentido de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou da família, é suficiente para o deferimento (art. 98 do NCPD). Ademais, pode se dizer que o entendimento do Juízo a quo ao não considerar a cópia do Extrato do Bolsa Família da Apelante testificando o sua hipossuficiência financeira está ferindo o princípio da isonomia, e da razoabilidade preconizados na Constituição Federal, pois em consonância com o artigo 5º, inciso XXXIV da Constituição Federal, onde assegura a todos o direito de acesso a justiça em defesa de seus direitos, independente do pagamento de taxas.





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Corroborando com a pretensão da Apelante, colaciona-se julgados desse Tribunal de Justiça da Paraíba que demonstram que, se *inexistem provas concretas nos autos de que a parte pode arcar com as despesas processuais, não deve o magistrado indeferir, de plano, os benefícios da justiça gratuita*, se não vejamos:

**APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - SENTENÇA - PROCEDÊNCIA DO PEDIDO EXORDIAL - DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO LIMINAR FORMULADO NA CONTESTAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - INDEFERIMENTO - SITUAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA SATISFATORIAMENTE DEMONSTRADA - COMPROMETIMENTO DO SUSTENTO DO PROMOVIDO - PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS - DECISÃO PROFERIDA EM DISSONÂNCIA COM OS POSICIONAMENTOS DESTES TRIBUNAL - PROVIMENTO - JULGAMENTO MONOCRÁTICO DO RECURSO - INTELIGÊNCIA DO ART. 557, §1º -A DO CPC/73. - A concessão da Justiça Gratuita não requer o estado de pobreza absoluto, bastando à parte afirmar que não há como suportar as custas e despesas processuais sem prejuízo para o equilíbrio econômico-financeiro e sustento próprio e de sua família. - Precedentes jurisprudenciais desta Corte. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00009573820118152001, - Não possui -, Relator DA DESEMBARGADORA MARIA DE FÁTIMA MORAES BEZERRA CAVALCANTI, j. em 21-03-2017)**

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA. INDEFERIMENTO. EXTINÇÃO DO FEITO POR AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS. PEDIDO DE ANULAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA E CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. PROVA SUFICIENTE. DECISÃO EM CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO STJ. APLICAÇÃO DO ART. 557, § 1º-A, DO CPC. PROVIMENTO. - "Consoante entendimento jurisprudencial, a simples afirmação da necessidade da justiça gratuita, nos termos do art. 4º da Lei nº 1.060/50, é suficiente para o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita." - "Art. 557, § 1º-A. Se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator**





## TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

*poderá dar provimento ao recurso." (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00000493920158150061, - Não possui -, Relator DES JOAO ALVES DA SILVA, j. em 02-02-2016)*

**EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATUIDADE JUDICIÁRIA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES. REJEIÇÃO. MÉRITO. APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE POBREZA. APREENSÃO DO BEM OBJETO DO FINANCIAMENTO. UTILIZAÇÃO PARA SUSTENTO FAMILIAR. AUSÊNCIA DE PROVA EM CONTRÁRIO. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. PROVIMENTO MONOCRÁTICO. 1. Em que pese a declaração de hipossuficiência econômico-financeira ser bastante para a concessão da gratuidade judiciária, tal afirmação é dotada de presunção relativa de veracidade, suscetível de ser afastada quando o juiz tiver razões para crer que o requerente não se encontra em estado de miserabilidade. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. 2. Inexistindo provas concretas nos autos de que a parte pode arcar com as despesas processuais, não deve o magistrado indeferir, de plano, os benefícios da justiça gratuita, art. 5º da Lei nº 1.060/50. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 20113411020148150000, - Não possui -, Relator DES ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA, j. em 22-01-2016)**

Ainda, o juiz somente deveria indeferir o pedido se houvessem elementos que evidenciassem a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício citado e, ainda, nestes casos, antes de indeferir, deveria determinar à parte a comprovação do preenchimento dos pressupostos legais, conforme art. 99 do NCPC em seu § 2º:

*§ 2º. O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.*

Aos autos foram juntados comprovação de renda que demonstra que a Apelante se encontra desempregada, documento esse que demonstra que não possui condições financeiras de arcar com às custas processuais, sem que lhe acarrete prejuízos, necessitando assim o benefício da Assistência Judiciária Gratuita.







**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

A apelante fez mais do que simplesmente apresentar uma declaração de pobreza, juntou aos autos documentos comprobatórios de sua renda, assim verifica-se que o pedido está de acordo com o artigo 98 do NCPC, como supra colacionado, sendo impositiva a concessão do benefício.

O indeferimento do pedido significa dizer que o Apelante não poderá usufruir de seu direito, qual seja o acesso a justiça, restando assim impedido de exercer seu direito legítimo e devido. Significa ainda dizer que lhe causaram um dano e que este dano ficara impune, tendo em vista que o juízo *a quo* entendeu por indeferir a Justiça Gratuita, sendo este entendimento contrário ao majoritário em nossos Tribunais de Justiça, como restou demonstrado nos julgados supra colacionados.

Assim, sendo, resta demonstrado que os documentos juntados aos autos comprovam e são suficientes para a Concessão do Benefício de Assistência Judiciária Gratuita a Apelante.

**DA ASSISTENCIA JUDICIÁRIA GRATUITA – REDUÇÃO  
PERCENTUAL DE DESPESAS PROCESSUAIS - §5º DO ARTIGO 98 DO CPC.**

A Assistência Judiciária Gratuita não é necessita que o requerente apresente caráter de miserabilidade, pois em princípio, a simples afirmação da parte no sentido de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou da família, é suficiente para o deferimento (art. 98 do NCPC).

Ademais, pode se dizer que o entendimento do Juízo a quo ao não considerar a cópia da CTPS do agravante testificando o seu desemprego esta ferindo o princípio da isonomia, e da razoabilidade preconizados na Constituição Federal, pois em consonância com o artigo 5º, inciso XXXIV da Constituição Federal, onde assegura a todos o direito de acesso a justiça em defesa de seus direitos, independente do pagamento de taxas. No mesmo sentido, preceitua o art. 5º, inciso LXXIV da CF, prescreve que “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

Vale ressaltar que o Magistrado poderá conceder a gratuidade de justiça em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou reduzir percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento (art.98, §5º do CPC).

Ademais, o recolhimento das custas devidas é necessário para fazer frente aos gastos pela movimentação da máquina da Justiça Estadual, sendo certo que as custas judiciais decorrem





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

da utilização efetiva de um serviço público e são destinadas a atividades específicas da Justiça – art.98, §2º da CF.

Cabe ao Juiz, assim, dirigir o processo e zelar pela correta aplicação da lei, de forma que o benefício postulado seja concedido somente àqueles que preencherem os seus pressupostos legais. No caso, a parte comprovou a indisponibilidade de recursos para promover o custeio do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, o que por no mínimo lhe garantiria a concessão da redução percentual das custas processuais.

Claro que caso o Juízo a quo não achasse certo conceder a Assistência Judiciária Gratuita de forma integral a apelante, poderia lhe conceder de forma parcial, lhe concedendo uma **REDUÇÃO PERCENTUAL DE DESPESAS PROCESSUAIS - §5º DO ARTIGO 98 DO CPC.**

Nesse sentido:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO- ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA- HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA COMPROVAÇÃO - CONTRACHEQUES ATUALIZADOS- RECURSO PROVIDO.

- Em uma interpretação sistemática dos artigos 98 e 99 do CPC/15 e do art. 5º, inciso LXXIV da CF/88, conclui-se que a simples afirmação acerca da ausência de capacidade financeira não é suficiente para a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita, sendo necessária a juntada de documentos que corroborem tal afirmação.

**- A apresentação de contracheques atualizados afigura-se suficiente para a concessão do benefício da justiça gratuita, pois tais documentos se revelam aptos a evidenciar o recebimento de renda compatível com a alegação de hipossuficiência financeira.**

(TJMG- Agravo de Instrumento-Cv 1.0035.16.015628-3/001, Relator(a): Des.(a) Wilson Benevides , 7ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 24/10/2017, publicação da súmula em 27/10/2017).(grifei)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - DECLARAÇÃO DE POBREZA - PRESUNÇÃO RELATIVA - DESPESAS DO PROCESSO - CAPACIDADE FINANCEIRA - AUSÊNCIA DE INDÍCIOS - SERVIDOR - CONTRACHEQUES - REMUNERAÇÃO MÓDICA - COMPROVAÇÃO - BENEFÍCIO - DEFERIMENTO - RECURSO PROVIDO. 1. A declaração de pobreza firmada pelo postulante goza de presunção relativa de veracidade, podendo ser elidida pelas circunstâncias do caso concreto. 2. Para a concessão do benefício da gratuidade da justiça importa examinar se a renda auferida pelo postulante não permite o custeio do feito, sem prejuízo do sustento próprio e de seus familiares. 3. **Se a única prova dos autos se restringe ao contracheque do servidor, que evidencia a**





## TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

**percepção de módicos vencimentos, não havendo qualquer indício de riqueza a demonstrar a capacidade de a parte arcar com as despesas processuais, é de rigor a concessão dos benefícios da justiça gratuita à parte hipossuficiente.**

4. Recurso provido. (TJMG- Apelação Cível 1.0686.15.011393-0/001, Relator(a): Des.(a) Sandra Fonseca , 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 31/05/2016, publicação da súmula em 10/06/2016)

Registre-se que o Novo Código de Processo Civil conferiu à parte prerrogativas menos onerosas de custeio do processo, a exemplo do desconto e parcelamento das custas processuais (art. 98, § 6º). Além disso, permitiu que o juiz conceda o benefício somente em relação a algum ato específico (art. 98, § 5º).

Corroborando com a pretensão da Apelante, colaciona-se julgados desse Tribunal de Justiça da Paraíba que demonstram que, se inexistem provas concretas nos autos de que a parte pode arcar com as despesas processuais, não deve o magistrado indeferir, de plano, os benefícios da justiça gratuita, se não vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - SENTENÇA - PROCEDÊNCIA DO PEDIDO EXORDIAL - DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO LIMINAR FORMULADO NA CONTESTAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - INDEFERIMENTO - SITUAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA SATISFATORIAMENTE DEMONSTRADA - COMPROMETIMENTO DOS SUSTENTO DO PROMOVIDO - PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS - DECISÃO PROFERIDA EM DISSONÂNCIA COM OS POSICIONAMENTOS DESTES TRIBUNAL - PROVIMENTO - JULGAMENTO MONOCRÁTICO DO RECURSO - INTELIGÊNCIA DO ART. 557, §1º -A DO CPC/73. - **A concessão da Justiça Gratuita não requer o estado de pobreza absoluto, bastando à parte afirmar que não há como suportar as custas e despesas processuais sem prejuízo para o equilíbrio econômico-financeiro e sustento próprio e de sua família. - Precedentes jurisprudenciais desta Corte.** (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00009573820118152001, - Não possui -, Relator DA DESEMBARGADORA MARIA DE FÁTIMA MORAES BEZERRA CAVALCANTI , j. em 21-03-2017)

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA. INDEFERIMENTO. EXTINÇÃO DO FEITO POR AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS. PEDIDO DE ANULAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA E CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. PROVA SUFICIENTE. DECISÃO EM CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA**





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

**DO STJ.** APLICAÇÃO DO ART. 557, § 1º-A, DO CPC. PROVIMENTO. - "Consoante entendimento jurisprudencial, a simples afirmação da necessidade da justiça gratuita, nos termos do art. 4º da Lei nº 1.060/50, é suficiente para o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita." - "Art. 557, § 1º-A. Se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso." (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00000493920158150061, - Não possui -, Relator DES JOAO ALVES DA SILVA, j. em 02-02-2016)

Assim, sendo, resta demonstrado que os documentos juntados aos autos comprovam e são suficientes para a Concessão do Benefício de Assistência Judiciária Gratuita a Apelante de forma parcial.

Por outro lado, é sabido que as custas judiciais da Paraíba têm valor demasiadamente elevado em relação à realidade econômica de nosso estado, sobretudo se tomada como referência a nossa comarca, razão pela qual a **recorrente requer que lhe seja CONCEDIDO A ASSISTENCIA DE GRATUIDADE JUDICIÁRIA DE FORMA PARCIAL, dispensando o autor do pagamento de todas as verbas do art. 98, §1º CPC/2015, remanescendo o dever de pagar custas judiciais (custas + taxas) e diligências do oficial de justiça, ambas reduzidos ao percentual de 50% do valor original (50% de desconto).**

### **III. CONCLUSÃO**

Diante do exposto, requer o Apelante seja conhecido e provido o apelo ora interposto, reformando-se a sentença proferida pelo juiz *a quo*, nos seguintes termos:

a) requer que lhe seja **CONCEDIDO A GRATUIDADE JUDICIÁRIA DE FORMA PARCIAL**, dispensando o autor do pagamento de todas as verbas do art. 98, §1º CPC/2015, **remanescendo o dever de pagar custas judiciais (custas + taxas) e diligências do oficial de justiça, ambas reduzidos ao percentual de 50% do valor original (50% de desconto), nos termos do §5º do art.**





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

98 do CPC, uma vez que o autor não tem mais como propor uma nova ação, uma vez que os efeitos da prescrição já teoricamente atingiram o seu direito a indenização pleiteada nesses autos.

b) Rogando ainda que seja tal sentença devidamente anulada, e que sejam os autos remetidos a Comarca de Origem para que a apelante recolha as custas com o desconto assinalado e o processo volte a tramitar novamente, com a devida citação da ré.

Por fim, tendo este entendimento, Magnífico Egrégio Tribunal impõe-se a reforma da decisão "a quo" conforme requerido.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Picuí – PB, 15 de junho de 2020.

**NILO TRIGUEIRO DANTAS**

OAB-PB 13.220





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE PICUÍ - VARA ÚNICA

VARA ÚNICA DE PICUÍ  
Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB  
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0002837-41.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: DAMIAO SOUZA DO NASCIMENTO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **INTIMO a parte recorrida para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação interposto.**

Picuí/PB, 29 de junho de 2020.

LOURDEMAR VERAS FARES DAVID  
Técnico Judiciário

